# MINISTÉRIO DA ECONOMIA



**SECRETARIA ESPECIAL DE COMÉRCIO EXTERIOR E ASSUNTOS INTERNACIONAIS SECRETARIA DE COMÉRCIO EXTERIOR**

# SUBSECRETARIA DE DEFESA COMERCIAL E INTERESSE PÚBLICO

Esplanada dos Ministérios, Bloco J, Sala 408 Brasília - DF, Brasil

CEP 70.053-900

Telefone: (+55 61) 2027-7770 – [decom@mdic.gov.br](mailto:decom@mdic.gov.br)

QUESTIONÁRIO DO IMPORTADOR

Investigação da prática de dumping nas exportações para o Brasil de ácido cítrico e determinados sais e ésteres do ácido cítrico (“ACSM”), comumente classificadas nos subitens 2918.14.00 e 2918.15.00 da Nomenclatura Comum do Mercosul – NCM, originárias da Colômbia e da Tailândia, e de dano à indústria doméstica decorrente de tal prática.

Processo Administrativo SECEX [52272.004949/2020-34] Contato: (+55 61) 2027-7770 ou [[acidocitrico@economia.gov.br](mailto:acidocitrico@economia.gov.br)]

**INSTRUÇÕES GERAIS**

1. Este questionário tem por objetivo reunir informações necessárias à investigação da prática de dumping nas exportações para o Brasil de ácido cítrico e determinados sais e ésteres do ácido cítrico (“ACSM”), comumente classificadas nos subitens 2918.14.00 e 2918.15.00 da Nomenclatura Comum do Mercosul – NCM, originárias da Colômbia e da Tailândia.
2. Além das instruções contidas neste questionário, devem ser observadas as orientações presentes na notificação relativa ao início da investigação.
3. A resposta a este questionário deve ser capeada por documento assinado por pessoa que tenha poderes para atuar em nome da empresa, conforme modelo constante do Apêndice I.
4. Toda documentação a ser apresentada deverá sempre fazer referência ao produto objeto da investigação e ao número do processo indicado na capa deste questionário.
5. As respostas devem ser claras e precisas, com indicação das fontes das informações fornecidas. Quaisquer informações consideradas relevantes ou pertinentes ao processo, mesmo que não tenham sido solicitadas, podem ser igualmente apresentadas.
6. Respostas ao questionário deverão refletir exclusivamente operações de venda da empresa, mesmo no caso de controlar ou de ser controlada, associada ou relacionada a importador brasileiro.
7. Em nenhuma hipótese serão aceitas respostas de produtor/exportador em conjunto com aquelas de importadores brasileiros.
8. A Subsecretaria de Defesa Comercial e Interesse Público (SDCOM) poderá conduzir verificação **in loco** para examinar os registros da empresa e comprovar as informações fornecidas. Planilhas e documentos auxiliares utilizados na elaboração da resposta ao questionário devem ser preservados, para fins de eventual verificação **in loco**.
9. Informações apresentadas em caráter confidencial deverão estar acompanhadas de fundamentação adequada para o pedido de confidencialidade e de resumo não confidencial das informações julgadas confidenciais. A impossibilidade de se apresentar resumo não confidencial deverá ser devidamente justificada.
10. Tanto as justificativas quanto o resumo não confidencial deverão constar da versão restrita da resposta ao questionário.
11. A versão confidencial da resposta ao questionário, assim como outras informações confidenciais, deverá conter a expressão **CONFIDENCIAL** em todas as suas páginas, centralizada no alto e no pé de cada página, em cor vermelha.
12. A versão restrita da resposta ao questionário deverá conter a expressão **RESTRITA** em todas as suas páginas, centralizada no alto e no pé de cada página, na cor azul.
13. Será dispensado tratamento de informação pública a todas as informações que não forem claramente identificadas como confidenciais ou restritas.
14. Deverão ser protocoladas no Sistema Decom Digital, simultaneamente, uma versão confidencial e uma versão restrita da resposta ao questionário.
15. Recomenda-se que os arquivos sejam nomeados de forma curta, XX\_YYYY\_nome arquivo, sendo XX = número do arquivo (correspondendo à quantidade de arquivos enviada) e YYYY = tratamento do documento (CONF ou REST).
16. Os arquivos eletrônicos deverão estar, necessariamente, no formato “.pdf” ou no formato “.xlsx”.
17. Na preparação dos dados, sobretudo em tabelas no formato “.xlsx”, os campos alfabéticos devem ser alinhados à esquerda e os campos numéricos à direita.
18. As datas devem ser formatadas como campo de data, e não como campo alfabético, no formato 12/34/5678, sendo: posições 1 e 2 iguais a (=) dia, posições 3 e 4 iguais a (=) mês, posições 5 a 8 iguais a (=) ano.
19. Dados correspondentes a valores monetários devem ser preenchidos separando-se os milhares por ponto e os centavos por vírgula. Exemplo: 2.550,30.
20. Todos os campos devem ser preenchidos. Caso não haja resposta para campos numéricos, digitar o número zero; caso não haja resposta para campos alfanuméricos, digitar as palavras “nenhum”, “não aplicável” ou “não disponível”, conforme o caso, explicando a razão.
21. Todas as planilhas devem conter a memória de cálculo e todas as fórmulas utilizadas.
22. Sugere-se que os documentos entregues em formato PDF sejam pesquisáveis. Quando digitalizados, que sejam processados preferencialmente com tecnologia OCR para possibilitar a pesquisa de conteúdo. No caso de documentos nato-digitais, recomenda-se que o conteúdo seja indexado e passível de busca.
23. De acordo com a Portaria SECEX no 30, de 8 de junho de 2018, a resposta ao questionário deve ser protocolada por meio do Sistema DECOM Digital.

**I – INFORMAÇÕES SOBRE A EMPRESA**

*Essa seção tem por objetivo obter informações que permitam traçar visão geral da empresa. São apresentadas abaixo questões sobre a estrutura operacional, legal e contábil da empresa, bem como sobre sua relação com partes relacionadas.*

# Dados gerais

Nome da empresa tal qual consta de seus atos constitutivos:

Endereço:

Telefone:

Página eletrônica:

# Representante autorizado junto à SDCOM:

Atenção: Indicar apenas um representante e o respectivo endereço para o qual devem ser encaminhadas as correspondências.

Nome:

Função:

Endereço:

Telefone:

Endereço eletrônico (e-mail):

* 1. Existe alguma relação direta ou indireta (vinculação acionária, integrantes do mesmo grupo econômico, etc.) entre essa empresa e algum produtor /exportador estrangeiro do produto em questão? E entre essa empresa e o produtor nacional do produto em questão? Em caso afirmativo, fornecer uma descrição sumária da relação existente.
  2. Informar a categoria dessa empresa:

|  |
| --- |
| Indústria de transformação |
| **Trading company** |
| Distribuidor/revendedor local |
| Especificar qualquer outra categoria na qual se enquadre |

**II – INFORMAÇÕES GERAIS RELATIVAS À INVESTIGAÇÃO**

# Produto objeto da investigação:

* + 1. ÁCIDO CÍTRICO E DETERMINADOS SAIS E ÉSTERES DO ÁCIDO CÍTRICO (“ACSM”), comumente classificado nos subitens 2918.14.00 e 2918.15.00 da NCM, exportado da Colômbia e da Tailândia para o Brasil.

O produto objeto da investigação consiste no ácido cítrico, no citrato de sódio, no citrato de potássio, no citrato de cálcio e nas suas misturas, sejam secos ou em solução, independentemente do tipo de embalagem, (doravante denominado "ACSM" ou "Ácido cítrico e determinados sais e ésteres do ácido cítrico"), comumente classificados sob os códigos 2918.14.00 e 2918.15.00 da Nomenclatura Comum do MERCOSUL - NCM, exportados da Colômbia e da Tailândia para o Brasil.

O produto é normalmente comercializado nas seguintes formas:

Ácido cítrico: ácido cítrico anidro (C6H8O7) e mono-hidrato de ácido cítrico (C6H8O7.H2O);

Citrato de sódio: citrato de sódio anidro ou citrato trissódico anidro (Na3C6H5O7), di-hidrato de citrato de sódio ou di-hidrato de citrato trissódico (Na3C6H5O7.2H2O) e citrato monossódico (NaH2(C3H5O(COO)3);

Citrato de potássio: mono-hidrato de citrato de potássio ou mono-hidrato de citrato tripotássico (K3C6H5O7.H2O) e citrato de monopotássio (KH2C6H5O7);

Citrato de cálcio: o citrato tricálcico (Ca3(C6H5O7)2), citrato dicálcico (Ca2H2 (C3H5O) (COO) 3.H2O) e tetra-hidrato de citrato tricálcico (Ca3(C6H5O7) 2(COO)3.H2O).

O ácido cítrico, o citrato de sódio e o citrato de potássio apresentam-se na forma de cristais translúcidos inodoros. Estes cristais são normalmente comercializados em três formas de apresentação, a saber: em grânulos, grânulos finos e em pó. O ácido cítrico também se apresenta na forma de solução. Os próprios consumidores de ácido cítrico podem adquirir o produto seco e transformá-lo em solução, ou contratar um conversor independente para fazê-lo. Sólido ou dissolvido em água, as propriedades químicas do produto são praticamente as mesmas, existindo apenas pequenas diferenças moleculares que não alteram significativamente seu uso ou características essenciais. Finalmente, o citrato de cálcio bruto é um produto intermediário produzido no estágio de recuperação e refino (segundo estágio) da produção de ácido cítrico, quando é utilizado o método de cal/ácido sulfúrico. Sua única destinação é ser convertido em ácido cítrico.

As misturas de ácido cítrico, citrato de sódio, citrato de potássio e citrato de cálcio incluem as misturas dos produtos entre si, bem como com outros ingredientes, tais como açúcar, em que suas formas em estado puro constituem 40% (quarenta por cento) ou mais, em peso, da mistura.

O ácido cítrico, o citrato de sódio e o citrato de potássio são produtos químicos utilizados na produção e na formulação de uma grande variedade de produtos. O maior segmento de utilização final do mercado brasileiro é o de alimentos e bebidas (em especial, refrigerantes), seguido pelo segmento de aplicações industriais (particularmente, detergentes e produtos de limpeza domésticos) e aplicações farmacêuticas (incluindo produtos de beleza e para higiene bucal/cosméticos).

O ácido cítrico é utilizado na indústria alimentícia e de bebidas como um acidulante, conservante e intensificador de sabor, por causa de seu sabor ácido, alta solubilidade, acidez e capacidade de

tamponamento. É comumente utilizado em bebidas gaseificadas e não gaseificadas, bebidas na forma de pó seco, vinhos e coolers, refrigerantes à base de vinho, compotas, geleias, conservas, gelatinas, doces, alimentos congelados e conservas de frutas e legumes. O ácido cítrico é usado também em produtos farmacêuticos e cosméticos, bem como em detergentes domésticos para lavar roupa, produtos para dar acabamento em metais, limpadores, produtos para tratamentos têxteis, entre outras aplicações industriais.

O ácido cítrico é produzido pela fermentação de glicose, a partir de um substrato, tal como açúcar, milho, melaço, batata doce, mandioca ou trigo. Ele pode ser produzido tanto na forma de mono- hidrato como na forma de anidro. Ambas as formas são isoladas e purificadas por meio de recristalizações sucessivas.

O ácido cítrico é produzido em um processo de dois estágios. No primeiro estágio, os açúcares são fermentados por meio do emprego de organismos de fermentação, como fungos ou leveduras. No segundo estágio, o ácido cítrico bruto é recuperado e refinado.

A produção moderna, em grande escala, do ácido cítrico é obtida através da fermentação. O processo de fermentação envolve a ação de cepas específicas de organismos tais como o fungo Aspergillus niger ou a levedura Candida lipolytica ou Candida guilliermondii em um substrato. Uma vez que o substrato é transformado em glicose, ele é fermentado em ácido cítrico bruto pelo organismo. A produção de ácido cítrico pode ser otimizada por meio do controle cuidadoso das condições de fermentação, tais como temperatura, acidez ou alcalinidade, ar ou oxigênio dissolvido, e taxa de agitação da mistura. Cada reação de fermentação é feita em lotes, em grandes tanques, podendo levar 120 (cento e vinte) horas para alcançar um rendimento aproximado de ácido cítrico de 83% (oitenta e três por cento), com base no peso do açúcar.

Os produtores fermentam o substrato por um dentre três métodos diferentes: método de "panela rasa", método de "tanque profundo" ou por meio de método de estado sólido. O ácido cítrico foi originalmente produzido usando uma panela rasa ou uma tecnologia de cultura de superfície líquida, com a fermentação microbiana ocorrendo na superfície do líquido. A produção mais moderna de ácido cítrico utiliza um tanque profundo ou um processo de cultura submersa, em que a reação é constantemente agitada ou mexida com ar, a fim de permitir que o organismo cresça em toda a mistura. O processo de cultura submersa é favorecido devido à economia dos rendimentos mais elevados, embora as condições de reação tenham que ser mais rigidamente controladas. Já a fermentação em estado sólido é usada somente no Japão.

O segundo estágio da produção, recuperação e refino é normalmente realizado por um dentre três processos comuns: o método de cal/ácido sulfúrico, o método de extração com solvente ou o método de troca iônica. Todos esses três processos são compatíveis tanto com o processo de "panela rasa", quanto com o processo de fermentação em tanque profundo.

No processo de refino de cal/ácido sulfúrico, adiciona-se hidróxido de cálcio (cal) ao caldo de fermentação para precipitar borra de citrato de cálcio, formando o citrato de cálcio bruto. Após ser separado por filtração, o citrato de cálcio é lavado para remoção de impurezas solúveis. O citrato é então misturado com ácido sulfúrico para produção de ácido cítrico/borra de carvão e gesso (sulfato de cálcio). Em seguida, o ácido cítrico é purificado por evaporação, cristalização, centrifugação e secagem.

O segundo método de refinação comumente utilizado é o processo de extração com solvente. Esse processo não envolve a produção de citrato de cálcio ou gesso. Em vez disso, os solventes separam a borra de ácido cítrico a partir da biomassa gasta. Os processos posteriores de evaporação,

cristalização, centrifugação e secagem assemelham-se aos utilizados no processo de cal/ácido sulfúrico.

O terceiro método de refinação, de troca iônica, é um desenvolvimento recente. Nesse método, a borra é passada através de uma camada de resina baseada em polímero. Os elementos minerais iônicos, tais como o cálcio e magnésio, aderem à resina, removendo-os assim da borra de ácido cítrico. As etapas seguintes são semelhantes às dos outros dois processos.

Todos os três métodos de refino produzem ácido cítrico. A temperatura utilizada para o processo de cristalização determina se a forma hídrica ou de anidro será produzida. Os produtores podem vender o ácido cítrico ou convertê-lo em sais.

O ácido cítrico, o citrato de sódio e o citrato de potássio podem ser produzidos em instalações de fabricação sobrepostas, pelos mesmos empregados, no mínimo no que tange aos estágios iniciais de produção. O mesmo equipamento pode eventualmente ser utilizado para produzir tanto o citrato de sódio como o citrato de potássio, sendo que apenas custos mínimos e algumas horas seriam necessárias para trocar o equipamento de produção de citrato de sódio para citrato de potássio, ou vice-versa. O capital do equipamento usado para converter ácido cítrico em citrato de sódio ou de potássio é relativamente baixo. Conversores independentes podem produzir citratos, usando o ácido cítrico acabado como entrada.

O citrato de cálcio bruto é um produto intermediário produzido no estágio de recuperação e refino (segundo estágio) da produção de ácido cítrico, quando é utilizado o método de cal/ácido sulfúrico. Sua única destinação é ser convertido em ácido cítrico. O citrato de cálcio bruto pode ser transferido para outra instalação, para transformação posterior em ácido cítrico refinado.

O citrato de sódio e o citrato de potássio, por sua vez, são produzidos por reação de borra de ácido cítrico com uma solução contendo determinados compostos de sódio ou de potássio (por exemplo, hidróxido de sódio ou hidróxido de potássio). A produção de citrato de sódio e citrato de potássio é realizada por meio de alguns dos mesmos fatores de produção (equipamentos e mão de obra) utilizados na fabricação do ácido cítrico.

O citrato de sódio, além de ter aplicações semelhantes às do ácido cítrico, é usado em queijos e produtos lácteos para melhorar as propriedades emulsificantes, a textura e as propriedades de fusão, agindo como um conservante e um agente de envelhecimento. Tal produto também tem aplicações farmacêuticas, como diurético e expectorante em xaropes para tosse. Em produtos de limpeza para uso doméstico, atua como um agente tamponante e sequestrador de íons de metal.

O citrato de potássio é usado como antiácido, diurético, expectorante e como alcalinizante sistêmico e urinário. Em aplicações industriais, o citrato de potássio pode ser usado em eletropolimento e como um agente tamponante. Em alimentos e bebidas, o citrato de potássio tem substituído o citrato de sódio como um meio para reduzir o teor de sódio em produtos sem sal ou com baixo teor de sal.

Embora existam algumas aplicações ou usos finais em que o citrato de sódio ou o citrato de potássio sejam preferidos, há uma série de aplicações e usos finais em que o ácido cítrico pode ser usado ao invés do citrato de sódio ou do citrato de potássio.

* + 1. Período de investigação de dumping: Abril de 2019 a março de 2020.
    2. Período de investigação de dano:

Abril de 2015 a março de 2020, dividido em cinco períodos, conforme especificado abaixo: P1 – 1º de abril de 2015 a 31 de março 2016;

P2 – 1º de abril de 2016 a 31 de março 2017; P3 – 1º de abril de 2017 a 31 de março 2018; P4 – 1º de abril de 2018 a 31 de março 2019; P5 – 1º de abril de 2019 a 31 de março 2020.

**III – INFORMAÇÕES RELATIVAS ÀS IMPORTAÇÕES DO PRODUTO EM QUESTÃO**

1. Descrever, detalhadamente, o ácido cítrico e determinados sais e ésteres do ácido cítrico (“ACSM”) importado por essa empresa. Acrescentar informações e especificações relevantes que permitam caracterizar tecnicamente este produto, tais como nome/código comercial do fabricante, tipo, mercado a que se destina, dentre outros. Se disponível, anexar catálogo de ácido cítrico e determinados sais e ésteres do ácido cítrico (“ACSM”).
2. Indicar se há diferença de qualidade entre o produto importado e o produzido pela indústria doméstica. Informe, também, os motivos básicos, de ordem técnica, financeira, operacional ou outra, que determinam a opção pelo produto importado e não pelo produto fabricado no Brasil.
3. Informar quais os principais elementos determinantes na formação do preço do produto importado e os lotes usuais de comércio (quantidade mais frequente nas transações normais), esclarecendo se há distinção entre os lotes de produto adquirido nos mercados interno e no mercado externo, bem como, em caso positivo, em que medida isso se reflete nos preços.
4. Informar a existência de incentivos/benefícios fiscais na importação (ex.: *drawback* etc.).
5. Esclarecer se essa empresa submete o ácido cítrico e determinados sais e ésteres do ácido cítrico (“ACSM”) importado a algum processo de transformação e/ou embalagem, descrevendo sucintamente tal processo, ou se o(a) utiliza e/ou revende na forma em que foi importado(a). Informar, ainda, se o ácido cítrico e determinados sais e ésteres do ácido cítrico (“ACSM”) importado é posteriormente exportado ou vendido no mercado interno.
6. Caso essa empresa revenda o ácido cítrico e determinados sais e ésteres do ácido cítrico (“ACSM”) importado(a), informar quais são os tipos/categorias de clientes/segmentos de mercado, bem como a participação de cada tipo/categoria no total de vendas. Informar também os canais de distribuição para cada tipo/categoria de cliente/segmento de mercado.
7. Esclarecer a política comercial na aquisição de ácido cítrico e determinados sais e ésteres do ácido cítrico (“ACSM”): existência de contratos de fornecimento e sua periodicidade; alguma prática de desconto por distribuição, por região, por quantidade comprada; prêmio, crédito ou bonificação semestral ou anual, etc.
8. Informar o custo financeiro e o prazo médio para pagamento das importações do referido produto. Informar também se essa empresa é beneficiária de algum programa de financiamento à importação por parte das empresas exportadoras, entidades financeiras de fomento à exportação, ou outra.
9. Informar, caso haja, serviços de pós-venda (assistência técnica, controle ambiental etc.), fornecidos pela empresa produtora/exportadora a seus clientes.
10. Informar a localização dos centros de estocagem do produto, bem como a distância média em relação aos principais clientes de sua empresa.
11. Preencher o **Apêndice II**, no caso de esta empresa ter desembaraçado importações, **de abril de 2019 a março de 2020,** de **ácido cítrico e determinados sais e ésteres do ácido cítrico (“ACSM”), objeto da investigação**, comumente classificado nos subitens 2918.14.00 e 2918.15.00 da NCM e originárias da **Colômbia e da Tailândia**.
12. O preenchimento dos campos do **Apêndice II** deverá ser realizado em conformidade com as instruções abaixo**.**
13. Os campos nos 01 a 14 deverão ser preenchidos de acordo com os documentos utilizados no desembaraço da mercadoria.
14. Nos campos nos 15 a 38 deverão ser informados os valores totais (em reais) das despesas de internação efetivamente incorridas no desembaraço da mercadoria no Brasil. Não há necessidade de informar os valores incorridos com os seguintes tributos: ICMS, IPI, PIS e COFINS. Caso uma mesma Declaração de Importação ampare a internação de outros produtos, além do objeto da investigação, explicar a metodologia utilizada pela empresa para o cálculo do rateio dessas despesas de internação.
15. O código a ser informado no campo no 39 é representado por uma combinação alfanumérica que reflete as características do produto. A combinação alfanumérica reflete, em ordem decrescente, a importância de cada característica do produto, começando pela mais relevante, conforme explicado abaixo:

**Característica 1:** Tipo de produto

|  |  |
| --- | --- |
| **Especificação** | **Código** |
| Ácido Cítrico | C1 |
| Citrato de Sódio | C2 |
| Citrato de Potássio | C3 |
| Citrato de Cálcio | C4 |

1. Preencher o **Apêndice III**, no caso desta empresa ter desembaraçado importações, **de abril de 2015 a março de 2019,** de **ácido cítrico e determinados sais e ésteres do ácido cítrico (“ACSM”), objeto da investigação**, comumente nos subitens 2918.14.00 e 2918.15.00 da NCM e originárias da **Colômbia e da Tailândia**.
2. O preenchimento dos campos do **Apêndice III** deverá ser realizado em conformidade com as instruções abaixo**.**
3. Os campos nos 01 a 05 deverão ser preenchidos de acordo com os documentos utilizados no desembaraço da mercadoria.
4. O campo no 06 deve ser preenchido de acordo com a instrução “c” de preenchimento do **Apêndice II**.
5. Apresentar cópia das demonstrações financeiras da empresa dos anos/exercícios de 2019 e 2020.
6. No caso de revenda no mercado interno do produto objeto da investigação importado por essa empresa, originárias da **Colômbia e da Tailândia**, preencher o **Apêndice IV** para as revendas realizadas de abril de 2019 a março de 2020.
7. O **Apêndice IV**, contudo, **SOMENTE** deverá ser preenchido se existir alguma relação direta ou indireta (vinculação acionária, integrantes do mesmo grupo econômico, etc.) entre essa empresa e algum produtor/exportador estrangeiro da **Colômbia e da Tailândia** do produto em questão.
8. No caso de preenchimento do **Apêndice IV**, apresentar, também, as demonstrações financeiras e/ou balancetes sintéticos das datas de 2019 e 2020.
9. As revendas destinadas à Zona Franca de Manaus e às Zonas de Processamento de Exportações devem ser consideradas como revendas no mercado interno brasileiro.
10. O preenchimento dos campos do **Apêndice IV** deverá ser realizado em conformidade com as instruções abaixo. Cada linha da planilha Excel deverá corresponder às informações de um único item discriminado na nota fiscal de venda:

# Campo Nº 01 Número da Nota Fiscal de Venda

Observação: Informar o número da nota fiscal de venda.

# Campo Nº 02 Data da Nota Fiscal de Venda

Observação: Informar a data de emissão da nota fiscal de venda no formato DD/MM/AAAA.

# Campo Nº 03.1 Código do Produto

Observação: Informar os códigos comerciais utilizados por sua empresa no curso normal das operações de venda do produto em questão.

# Campo Nº 03.2 Código de Identificação do Produto (CODIP)

Observação: Informar o código de acordo com o especificado no item “c” das instruções de preenchimento do Apêndice II.

# Campo Nº 04 Nome do Cliente

Observação: Informar o nome do cliente.

# Campo Nº 05 Relacionamento com o Cliente

Observação: Informar o código especificando se o cliente é uma parte relacionada.

1 = cliente não relacionado 2 = cliente relacionado

# Campo Nº 06 Categoria do Cliente

Observação: Informar a categoria do cliente: 1 = usuário/consumidor final

2 = distribuidor autorizado 3 = outros distribuidores

4 até n = outras (especificar)

Complementação: Identificar os clientes que se enquadrem em mais de uma categoria, fornecendo as explicações pertinentes.

# Campo Nº 07 Data da Venda

Observação: Informar a data da venda. Caso sejam utilizadas datas de venda variando conforme o tipo de transação (ex.: em alguns casos, a data da nota fiscal de venda; em outros, a data do contrato), criar uma coluna para identificar a data com o tipo de transação (ex.: CONT para contrato e NOT para nota fiscal).

Complementação: A data deve ser informada no formato DD/MM/AAAA.

# Campo Nº 08.1 Termos de Entrega

Observação: Informar os termos de entrega.

1 = posto cliente

2 = posto lugar determinado pelo comprador 3 = **ex fabrica**

4 até n = especificar outros termos de entrega

Complementação: Descrever os termos de entrega, indicando os códigos utilizados e o significado de cada um.

# Campo Nº 08.2 Condição de Pagamento

Observação: Relacionar a condição de pagamento concedida aos clientes.

1 = pagamento antecipado 2 = à vista

3 = 30 dias após a fatura

4 = especificar outras condições de pagamento

Complementação: Descrever detalhadamente as condições de pagamento concedidas pela empresa, informando os códigos utilizados para cada uma delas, esclarecendo se variam conforme o canal de distribuição e como estão relacionadas. Indicar se as condições de pagamento estão explicitadas ou codificadas em cada uma das faturas, ou, de outra forma, como os clientes aceitam as condições de pagamento. Os códigos acima relacionados são meramente exemplificativos, não havendo necessidade, portanto, de utilizá-los.

# Campo Nº 09 Data de Recebimento do Pagamento

Observação: informar a data de registro do recebimento do pagamento efetuado pelo cliente.

A data deve ser informada no formato DD/MM/AAAA.

Complementação: Indicar a fonte para determinar a data de pagamento. Caso não seja possível recuperar tal data, informar as razões para o não preenchimento do campo. Ainda, se uma fatura em particular não foi paga, deixar simplesmente o campo em branco.

# Campo Nº 10.1 Quantidade Vendida na unidade de medida comercializada, preferencialmente kg (quilogramas líquidos) ou t (toneladas)

Observação: Informar a quantidade vendida na unidade de medida comercializada, preferencialmente kg (quilogramas líquidos) ou t (toneladas).

# Campo Nº 10.2 Quantidade (unidade de comercialização)

Observação: Informar a quantidade vendida (na unidade de comercialização).

# Campo Nº 11 Valor Total Bruto

Observação: Informar o valor total (R$) da nota fiscal de venda.

# Campo Nº 12 IPI

Observação: Informar o valor total do IPI (R$) da venda.

# Campo Nº 13 PIS

Observação: Informar o valor total do PIS (R$) da venda.

# Campo Nº 14 COFINS

Observação: Informar o valor total da COFINS (R$) da venda.

# Campo Nº 15 ICMS

Observação: Informar o valor total do ICMS (R$) da venda.

# Campo Nº 16 Descontos e Abatimentos

Observação: Informar o valor total (R$) de eventuais descontos e abatimentos concedidos após a emissão da nota fiscal de venda.

Complementação: Informar como tais valores foram obtidos no sistema contábil da empresa.

Apresentar, em sendo o caso, metodologia e memória de cálculo.

# Campo Nº 17 Frete s/Venda

Observação: Informar o valor total (R$) do frete interno incorrido na venda. Complementação: Informar como tais valores foram obtidos no sistema contábil da empresa.

Apresentar, em sendo o caso, metodologia e memória de cálculo.

# Campo Nº 18 Seguro s/Venda

Observação: Informar o valor total (R$) do seguro interno incorrido na venda. Complementação: Informar como tais valores foram obtidos no sistema contábil da empresa.

Apresentar, em sendo o caso, metodologia e memória de cálculo.

# Campo Nº 19 Despesas Diretas de Vendas

Observação: Informar o valor total (R$) de eventuais outras despesas diretas incorridas na venda da mercadoria.

Complementação: Informar como tais valores foram obtidos no sistema contábil da empresa. Apresentar, em sendo o caso, metodologia e memória de cálculo, bem como planilha com as contas contábeis identificadas com tais valores.

# Campo Nº 20 Despesas Indiretas de Vendas

Observação: Informar o valor total (R$) das despesas indiretas incorridas pela empresa. Complementação: Informar como tais valores foram obtidos no sistema contábil da empresa.

Apresentar metodologia e memória de cálculo, bem como planilha com as contas contábeis identificadas com tais valores.

# Campo Nº 21 Despesas Gerais e Administrativas

Observação: Informar o valor total (R$) das despesas gerais e administrativas incorridas pela empresa.

Complementação: Informar como tais valores foram obtidos no sistema contábil da empresa. Apresentar metodologia e memória de cálculo, bem como planilha com as contas contábeis identificadas com tais valores.

# Campo Nº 22 Custo de Manutenção de Estoques

Observação: Informar o valor total (R$) do custo de oportunidade para manter estoques para venda calculado com base no custo real de tomada de empréstimos de curto prazo efetuado pela empresa. Caso a empresa não tenha tomado empréstimos de curto prazo no período de investigação, utilizar a taxa publicada de um banco comercial para empréstimos de curto prazo.

Complementação: descrever como o produto similar é estocado antes da venda e fornecer o período médio de tempo do estoque até a venda ao cliente. O custo informado deve ser baseado no período entre a data em entrada em estoque até a data de embarque para o cliente. Indicar a fonte utilizada para taxas de juros de curto prazo no cálculo.

# Campo Nº 23 Custo Financeiro

Observação: informar o valor total (R$) do custo de oportunidade financeiro da venda com base no custo real de tomada de empréstimos de curto prazo efetuado pela empresa. Caso a empresa não tenha tomado empréstimos de curto prazo no período de investigação, utilizar a taxa de um banco comercial para empréstimos de curto prazo para o período correspondente à data da venda. Esse valor deverá ser calculado e informado na base de transação a transação, utilizando o número

de dias entre a data de embarque para o cliente e a data de recebimento do pagamento. Se a data do pagamento efetivo não estiver disponível no sistema contábil da empresa, poderá ser calculada com base no prazo médio de recebimento de suas contas.

Complementação: fornecer a fórmula utilizada para esse cálculo e uma planilha especificando como a taxa média de juros de curto prazo foi calculada. Informar a fonte das taxas de juros de curto prazo utilizadas nos cálculos e apresentar documentação pertinente.

# APÊNDICE I

TERMO DE RESPONSABILIDADE

PARTE INTERESSADA:

REPRESENTANTE LEGAL:

CARGO/FUNÇÃO DO REPRESENTANTE LEGAL:

TELEFONE:

ENDEREÇO:

ENDEREÇO ELETRÔNICO **(e-mail)**:

Certifico a veracidade das informações contidas neste questionário e estou ciente de que essas informações estão sujeitas a verificação **in loco** pela SDCOM.

Autorizo a SDCOM a utilizar as informações apresentadas neste questionário.

Estou ciente de que as informações apresentadas em caráter confidencial, desde que fundamentadas, serão tratadas como tal e não serão reveladas sem autorização expressa da parte que represento, observadas as disposições legais pertinentes.

Local e data

Assinatura do representante legal Nome legível do representante legal Cargo do representante legal